

Vol. 20

*Contraditório
e vedação às
decisões-surpresa
no processo
civil brasileiro*

Camilo Zufelato

*Coleção
Direitos fundamentais e acesso à justiça no
estado constitucional de direito em crise*

Coordenador:



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Camilo Zufelato

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Nathalia Torres
(Photo by Simon Matzinger on Unsplash)

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização
prévia do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

ZUFELATO, Camilo.

Contraditório e vedação às decisões-surpresa no processo civil brasileiro -
Coleção Direitos fundamentais e acesso à justiça no estado constitucional de
direito em crise - Coordenação: Gregório Assagra de Almeida - Belo Horizonte:
Editora D'Plácido, 2019.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-60519-72-9

1. Direito. 2. Direito Processual I. Título. II. Autor

CDU347.9

CDD341.4

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
AGRADECIMENTOS	19
ADVERTÊNCIA AO LEITOR	21
INTRODUÇÃO: RELEVÂNCIA DO TEMA, OBJETIVOS E LIMITES DESTA OBRA	23
I. Relevância do tema.....	23
III. Objetivos e limites do tema.....	25
III. Metodologia e Plano de desenvolvimento do trabalho.....	26

PARTE I

PREMISSAS TEÓRICAS DA TESE

1. OS SENTIDOS DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO COMO GARANTIA PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	31
1.1. A constitucionalização do direito e as garantias fundamentais do processo.....	31
1.2. Devido processo legal e o papel dos princípios constitucionais do processo.....	34
1.3. O princípio do contraditório como o grande signo das garantias processuais.....	41
1.4. Contraditório e teoria do processo: marcos teóricos adotados.....	49

1.5. Contraditório e poderes do juiz: uma aproximação da vedação à decisão-surpresa	54
1.6. Síntese parcial	56
2. EM BUSCA DA ORIGEM E DA FUNÇÃO DA VEDAÇÃO À DECISÃO-SURPRESA: DIÁLOGO DO CONTRADITÓRIO COM OUTROS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS	57
2.1. Uma releitura do tradicional binômio informação e reação à luz da decisão-surpresa	57
2.2. O movimento acadêmico brasileiro pré-CPC/2015 como embasamento teórico da positivação do art. 10	67
2.3. Decisão-surpresa e princípio da cooperação	70
2.3.1. Contraditório e processos estruturais: uma verdadeira colaboração processual	89
2.4. Os poderes do juiz e seu controle: a verdadeira origem da proibição à decisão-surpresa	94
2.5. Vedação à decisão-surpresa versus duração razoável do processo: um falso problema	103
2.6. Vedação à decisão-surpresa versus imediatismo decisório: um problema real	105
2.7. Síntese parcial	111
3. VEDAÇÃO À DECISÃO-SURPRESA NO DIREITO ESTRANGEIRO	113
3.1. Um esclarecimento preliminar	113
3.2. França	115
3.3. Alemanha	119
3.4. Portugal	124
3.5. Itália	134
3.6. Espanha	147
3.7. Algumas sínteses reflexivas	150
4. TRATAMENTO PROCESSUAL DA VEDAÇÃO À DECISÃO-SURPRESA NO DIREITO BRASILEIRO	153

4.1. Caracterização da decisão-surpresa no contexto das violações ao contraditório: tentativa de conceituação.....	154
4.2. Âmbito de incidência da norma.....	158
4.3. O fundamento da decisão-surpresa: análise de seu conteúdo.....	159
4.4. Hipóteses de dispensa de contraditório prévio: um brevíssimo aceno.....	167
4.5. Controle – formal – da atuação do juiz em contraditório: o papel da fundamentação da decisão judicial.....	170
4.6. Nulidade da decisão surpresa e regime recursal.....	175
4.7. Responsabilização do juiz pelo descumprimento do dever de se sujeitar ao contraditório: uma proposta.....	180
4.8. Saneamento do processo e vedação à decisão-surpresa: em busca da otimização processual.....	183
4.9. Meios de impugnação às decisões-surpresa.....	185
4.10. Rescindibilidade das decisões-surpresa.....	186
4.11. Interpretação do Poder Judiciário em relação à contenção dos seus próprios poderes: um panorama desalentador para o direito brasileiro.....	189

PARTE II

APLICAÇÃO PRÁTICA DA TESE

5. HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA CONCRETA DA PROIBIÇÃO DE DECISÕES-SURPRESA NO DIREITO BRASILEIRO.....	199
5.1. Introdução.....	199
5.2. Caracterização da decisão-surpresa e consequente delimitação do campo de incidência da regra.....	200
5.3. “Decisão-surpresa” aplicada aos pressupostos para o julgamento do mérito e à admissibilidade recursal: a tutela do acesso à justiça.....	202
5.4. “Decisão-surpresa” e terceiros.....	207
5.5. Decisões-surpresa e a tutela do contraditório: casuística.....	214
5.5.1. Definição da causa petendi: fatos e fundamentos jurídicos.....	214

5.5.1.1. Fatos novos.....	217
5.5.1.2. Inovação na qualificação dos fundamentos jurídicos pelo juiz – iura novit curia.....	219
5.5.1.3. Estabilização da demanda e alterações sucessivas no objeto do processo.....	224
5.5.1.4. Interpretação do pedido.....	228
5.5.1.5. Questões prejudiciais e limites objetivos da coisa julgada.....	229
5.5.2. Prescrição e decadência.....	233
5.5.3 Decretação de nulidades.....	239
5.5.4. Precedentes judiciais vinculantes: introdução.....	241
5.5.4.1. Improcedência liminar do pedido.....	247
5.5.4.2. Tutela de evidência do inc. II do art. 311 do CPC.....	252
5.5.4.3. Tutela provisória concedida ex officio.....	256
5.5.4.4. Suspensões de ações e recursos com base em admissibilidade de precedente.....	259
5.5.4.5. Síntese.....	262
5.5.5. Punições processuais.....	263
5.5.6. Provas.....	266
5.5.7. Recursos.....	269
5.5.7.1. Fatos supervenientes em sede recursal.....	271
5.5.7.2. A teoria da causa madura.....	273
5.5.7.3. Recursos que aplicam precedentes vinculantes.....	276
5.5.7.4. Interposição conjunta de RE e REsp e RE prejudicial.....	279
5.5.7.5. Manifestação do recorrente sobre existência de repercussão geral determinada pelo STJ.....	279
5.5.7.6. Embargos de declaração.....	280
5.5.8. Execução.....	281
5.5.8.1. Medidas coercitivas de ofício.....	283
5.5.8.2. Rejeição dos embargos do executado e manifestação do embargado.....	284

5.5.8.3. Fraude à execução.....	285
5.5.9. Hipóteses aleatórias e diversas acerca dos poderes do juiz e decisões-surpresa.....	286
5.5.9.1. Flexibilização procedimental.....	287
5.5.9.2. Interpretação judicial das cláusulas gerais.....	289
5.5.9.3. Honorários sucumbenciais.....	291
5.5.9.4. Reparação dos danos civis no juízo criminal.....	292
5.5.9.5. Alegações finais escritas e a sua ordem de apresentação pelas partes.....	294
5.5.9.6. Correção do valor da causa.....	294
5.5.9.7. Justiça gratuita.....	295
5.5.9.8. Reconsiderações.....	296
5.5.9.9. Julgamento antecipado parcial do mérito por incontroversa do pedido.....	296
6. APLICAÇÃO DA VEDAÇÃO À DECISÃO-SURPRESA PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS.....	299
6.1. A proposta de análise jurisprudencial.....	299
6.2. Superior Tribunal de Justiça.....	302
6.2.1. REsp. n.º 1.394.902/MA.....	303
6.2.2. REsp. n.º 1.049.826/SP.....	304
6.2.3. REsp. n.º 1.510.816/PR.....	304
6.2.4. REsp. n.º 1.280.825/RJ.....	306
6.2.5. REsp. n.º 1.665.976/RS.....	310
6.2.6. REsp. n.º 1.676.027/PR.....	310
6.2.7. REsp. n.º 1.625.318/AL.....	311
6.2.8. Recurso em Mandado de Segurança n.º 54.566/PI.....	313
6.2.9. REsp. n.º 1.641.901/SP.....	314
6.2.10. REsp. n.º 1.071.437/RS; REsp. n.º 1.000.078/SP; REsp. n.º 702.757/RS; REsp. n.º 1.255.365/SP; REsp. n.º 1.053.651/MS.....	315
6.2.11. Agravo em REsp. n.º 635.743/SC.....	316
6.2.12. REsp. n.º 1.715.971/RN.....	317
6.2.13. REsp. n.º 1.660.916/MG.....	318

6.2.14. REsp. n.º 1.708.609/PR.....	319
6.2.15. REsp. n.º 1.695.770/RJ.....	319
6.2.16. REsp. n.º 1.755.266/SC.....	320
6.2.17. REsp. n.º 1.714.796/RS.....	323
6.3. Tribunais locais: TJs, TRFs e TRTs.....	324
6.3.1. Configuração de surpresas processuais.....	326
6.3.1.1. Ausência de contraditório no juízo de admissibilidade da ação ou recurso.....	326
6.3.1.2. Ausência de contraditório da parte contrária: cerceamento de defesa.....	331
6.3.1.3. Supressão de provas.....	335
6.3.1.4. Fundamento decisório sem prévio contraditório: a verdadeira decisão-surpresa.....	337
6.3.1.5. Nulidade da decisão e consequências.....	341
6.3.2. Não configuração de surpresas processuais.....	342
6.3.2.1. Existência de manifestação – ou possibilidade de – prévia da(s) parte(s).....	343
6.3.2.2. Fungibilidade recursal.....	346
6.3.2.3 Atos que por si não exigem contraditório prévio.....	347
6.3.2.4. Sentença de procedência parcial.....	347
6.3.2.5. Obter dictum não exige contraditório prévio.....	347
6.3.2.6. Fundamento decisório que decorre de norma expressamente indicada pela parte.....	348
6.3.2.7. Desnecessidade de fundamentação para inépcia quando essa é consumida por improcedência de mérito.....	348
6.3.2.8. Alteração no entendimento do órgão julgador.....	349
6.3.2.9. Alguns julgados da Justiça do Trabalho selecionados: retrocessos à proibição de decisão-surpresa.....	350
6.4. Algumas reflexões conclusivas.....	353
CONCLUSÃO.....	355
BIBLIOGRAFIA.....	361